

Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva: Trajetória E Os Desafios Para O Processo De Ensino E Aprendizagem No Brasil

Lucas Alves De Oliveira Lima
Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro

Aryelton Medeiros Dos Santos
Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Rio Grande Do Norte

Jakes Charles Andrade De Figueiredo
Universidade Católica Dom Bosco

Cleonete Martins de Aguiar
IFRO

Muriel Paulino Costa
Universidade Federal Da Paraíba

Wyderlannya Aguiar Costa De Aguiar
Faculdade De Desenvolvimento Da Amazônia /Fadesa)

Thiany Souza Marins
Faculdade De Desenvolvimento Da Amazônia /Fadesa)

Marialva De Souza Silva
Universidade Federal De Rondônia

Gislaine Schon
Unades Py

Roberto Dos Santos Silva
Universidade Federal Do Pará

Alberto Marçal Batista
Universidade Federal De Juiz De Fora

Resumo:

O objetivo desta pesquisa foi analisar a trajetória e os desafios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no processo de ensino e aprendizagem no Brasil. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão integrativa de literatura. Foram realizadas buscas em plataformas acadêmicas reconhecidas, como Scopus, Scielo e Google Acadêmico, utilizando operadores booleanos "AND" e "OR". Além disso, foram estabelecidos critérios de inclusão rigorosos, selecionando apenas artigos científicos em português, disponíveis gratuitamente na internet, publicados entre 2018 e 2023, que abordassem a trajetória e os desafios da PNEEPEI. Após a seleção dos artigos, foi realizada uma análise criteriosa, identificando conceitos fundamentais, metodologias, resultados e conclusões, além de uma triangulação para garantir a consistência na interpretação dos dados. O processo resultou em uma amostra de 5 artigos científicos, cujos resultados foram sintetizados em um relatório final para proporcionar uma visão abrangente sobre a temática.. Como resultado, a análise dos artigos sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva no Brasil revelou uma trajetória de avanços significativos, entremeadas por desafios persistentes. A implementação dessa política representa um marco importante na história da educação das pessoas com deficiência no país, ao buscar superar abordagens tecnicistas e promover o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um elemento articulador. No entanto, os obstáculos e contradições encontrados ao longo desse processo evidenciam as raízes históricas de exclusão que permeiam a sociedade brasileira, ameaçando a dignidade humana e comprometendo a eficácia das políticas inclusivas. Apesar dos avanços legislativos e das boas intenções presentes, persistem desafios, destacando-se a necessidade de uma perspectiva que combata as tendências segregativas, respaldando a política por meio de instrumentos legais que garantam princípios democráticos e investindo na formação de profissionais da educação. Essa análise ressalta a importância de uma abordagem holística e inclusiva na formulação de políticas educacionais, exigindo um compromisso genuíno com os princípios da inclusão para alcançar uma verdadeira escolarização inclusiva para todos os alunos, promovendo experiências educativas singulares e respeitando a diversidade.

Palavras-chave: *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Inclusão; Escola.*

Date of Submission: 01-03-2024

Date of Acceptance: 10-03-2024

I. Introdução

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) representa um marco importante no Brasil para a garantia do direito à educação de qualidade para todos, incluindo pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Instituída em 2008, por meio do Decreto nº 6.571, a PNEEPEI busca promover a inclusão escolar e social desses grupos, assegurando o acesso, a participação e a aprendizagem em igualdade de condições com os demais estudantes. Essa política reconhece a diversidade como um princípio fundamental e destaca a importância da formação continuada de professores e da adaptação curricular para atender às necessidades específicas de cada aluno (LIMA; PLETSCHE, 2018).

Um dos pilares da PNEEPEI é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que consiste em um serviço complementar ou suplementar à escolarização, realizado preferencialmente na própria escola ou em outros espaços educacionais. Esse atendimento visa identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, além de oferecer estratégias que promovam o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos. Além disso, a política incentiva a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, que valorizem a diversidade e estimulem a convivência entre os estudantes, fortalecendo assim uma cultura escolar inclusiva (SENNA; SANTOS; LEMOS, 2020).

Contudo, apesar dos avanços proporcionados pela PNEEPEI, ainda há desafios a serem enfrentados para efetivar plenamente a educação inclusiva no país. Entre esses desafios, destacam-se a necessidade de investimentos em infraestrutura escolar adequada, a formação continuada de professores em educação inclusiva, a promoção de campanhas de conscientização e a garantia de políticas públicas que assegurem o acesso universal à educação de qualidade. Assim, a implementação efetiva da PNEEPEI requer o envolvimento de diferentes atores sociais e a adoção de medidas que promovam uma sociedade mais inclusiva e igualitária (KASSAR; REBELO; OLIVEIRA, 2019).

Diante deste contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a trajetória e os desafios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no processo de ensino e aprendizagem no Brasil. Espera-se, por meio desta pesquisa, que os resultados forneçam subsídios teóricos e práticos para o aprimoramento e a efetivação dessa política, contribuindo para a promoção de uma educação mais inclusiva e de qualidade para todos.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão integrativa de literatura, um método que permite a análise abrangente e sistemática de diversos estudos sobre um determinado tema, combinando resultados de diferentes pesquisas para obter uma compreensão mais completa do assunto em questão. Optou-se por este tipo de pesquisa devido à sua capacidade de reunir e sintetizar evidências relevantes de diferentes fontes, possibilitando uma análise mais ampla e aprofundada da trajetória e dos desafios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) no Brasil.

A revisão abrangeu o levantamento de artigos em plataformas acadêmicas amplamente reconhecidas, como Scopus, Scielo e Google Acadêmico. Para isso, foram utilizadas palavras-chave específicas relacionadas ao tema, como "política nacional de educação especial", "educação inclusiva", "trajetória", "desafios", entre outras. Além disso, foram empregados operadores booleanos "AND" e "OR" para combinar os termos de busca de maneira eficaz, visando ampliar a abrangência da pesquisa e garantir a inclusão de estudos relevantes.

Foram estabelecidos critérios de inclusão rigorosos para selecionar os artigos a serem analisados. A pesquisa incluiu apenas artigos científicos publicados em periódicos, que abordassem especificamente a trajetória e os desafios da PNEEPEI. Além disso, os artigos selecionados deveriam estar disponíveis gratuitamente e na íntegra na internet, serem redigidos em língua portuguesa e terem sido publicados no período entre 2018 e 2023. Esses critérios foram estabelecidos para garantir a relevância e a atualidade dos estudos selecionados, bem como para limitar a amostra às fontes mais pertinentes e acessíveis.

Sendo assim, durante o processo de seleção dos estudos, foram descartados aqueles que não atendiam aos critérios estabelecidos para inclusão na pesquisa. Dentre os critérios de exclusão, foram considerados os seguintes casos: artigos que não abordavam diretamente a temática da PNEEPEI na perspectiva da educação inclusiva, estudos que não estavam disponíveis gratuitamente ou na íntegra na internet, publicações que não estavam redigidas em língua portuguesa e artigos que não se enquadravam no intervalo de tempo estipulado (entre 2018 e 2023).

Além disso, foram excluídos trabalhos como resumos de conferências ou dissertações/teses, uma vez que o foco da pesquisa era a análise de artigos científicos específicos sobre a trajetória e os desafios da PNEEPEI. Esses critérios foram aplicados de forma rigorosa e sistemática durante a seleção dos estudos, visando garantir a relevância e a qualidade dos artigos incluídos na revisão integrativa de literatura.

O processo de análise dos artigos selecionados foi conduzido de forma criteriosa e sistemática, seguindo uma abordagem metodológica consistente. Inicialmente, os artigos foram organizados e catalogados em um banco de dados, permitindo uma gestão eficiente da informação durante todas as etapas do processo. Em seguida, foram realizadas leituras detalhadas e minuciosas de cada artigo, com o objetivo de extrair informações relevantes relacionadas à trajetória e aos desafios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).

Durante a análise dos artigos, foram identificados e registrados aspectos-chave, como conceitos fundamentais abordados, metodologias utilizadas, principais resultados encontrados e conclusões apresentadas pelos autores. Além disso, foram observadas possíveis lacunas ou discrepâncias entre os estudos, buscando identificar tendências, padrões ou pontos de convergência nas abordagens adotadas pelos pesquisadores.

Para garantir a objetividade e a consistência na interpretação dos dados, foi realizada uma triangulação, promovendo discussões e reflexões conjuntas sobre os achados da pesquisa. Essa abordagem colaborativa permitiu uma análise mais ampla e aprofundada dos artigos selecionados, enriquecendo a compreensão do tema e fornecendo insights valiosos para a discussão dos resultados. Como resultado, obteve-se uma amostra composta por 5 artigos científicos.

Por fim, os artigos foram sintetizados e organizados de maneira clara e coerente, permitindo a elaboração de um relatório final que apresentasse uma visão abrangente sobre a trajetória e os desafios da PNEEPEI no contexto da educação inclusiva no Brasil.

III. Resultados E Discussões

Através desta revisão integrativa de literatura, foram selecionados 5 artigos científicos, conforme evidencia o quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados

| Autores | Objetivo | Metodologia | Conclusão |
|---------|----------|-------------|-----------|
|---------|----------|-------------|-----------|

| | | | |
|---------------------------------------|---|-------------------------------|--|
| <p>Neves, Rahme e Ferreira (2019)</p> | <p>Analisar os significados do documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e sua relevância para a definição dos rumos da escolarização dos estudantes com deficiência no Brasil, nos últimos dez anos</p> | <p>Pesquisa bibliográfica</p> | <p>A trajetória da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil é marcada por avanços e desafios significativos. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) representa um marco destacável na história brasileira da educação das pessoas com deficiência. Esta política busca apresentar a Educação Especial como uma modalidade educativa transversal ao ensino comum, indo além de uma abordagem tecnicista, e propõe o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um dispositivo articulador, demonstrando uma aposta na inovação. No entanto, apesar do discurso inclusivo da PNEEPEI, o documento não está isento de contradições.</p> <p>A efetivação de uma política pública não escapa das raízes históricas que marcaram a constituição do país, e, portanto, os traços de exclusão persistem e podem se reinserir, causando tensões, equívocos e ambivalências que acabam por revelar aspectos segregativos que ameaçam a dignidade humana. É fundamental afirmar a importância da Política Nacional de Educação Especial, respaldada por leis e efetivada por decretos que garantam princípios democráticos em relação aos direitos sociais dessa população. Uma perspectiva que considere o que insiste em reaparecer é necessária para fomentar espaços de invenção cotidiana, movimentos e discussões que busquem inibir atitudes segregativas. Dessa forma, essa política pode promover um princípio inclusivo comprometido com o laço social e a ética cotidiana, elementos essenciais para a configuração da função educativa e para o direito a experiências educativas singulares.</p> |
| <p>Correia e Baptista (2018)</p> | <p>Analisar a política de educação especial brasileira na última década</p> | <p>Pesquisa qualitativa</p> | <p>A política nacional de educação inclusiva no Brasil tem como base a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada logo após a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Essa política visa reestruturar o sistema educacional brasileiro, incorporando as diretrizes da Convenção, e implementando programas como formação de profissionais da educação, implantação de salas de recursos multifuncionais, tornar as escolas acessíveis e disponibilizar transporte escolar acessível. Após dez anos, aproximadamente 80% dos alunos com deficiência estão matriculados no sistema educacional comum, evidenciando avanços significativos. No entanto, persistem desafios, como a necessidade de aprofundar a pesquisa sobre práticas pedagógicas inclusivas e investir na qualificação dos profissionais da educação. A transição de sujeitos que historicamente estavam em espaços especializados para espaços comuns é um desafio que requer novas relações e colaboração entre professores comuns e especializados. A garantia da matrícula dos alunos com deficiência no ensino comum pelos dispositivos normativos requer investimento em práticas que promovam o direito à educação e a acessibilidade efetiva ao currículo.</p> |
| <p>Silva, Souza e Faleiro (2018)</p> | <p>Apresentar uma reflexão sobre a trajetória de uma década da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, por meio de uma análise histórica e política do processo de produção de tal Política</p> | <p>Pesquisa bibliográfica</p> | <p>A política nacional de educação especial no Brasil enfrenta desafios na sua trajetória de inclusão no processo de ensino e aprendizagem. Embora a legislação esteja bem estruturada para promover a inclusão, sua implementação é comprometida por interesses políticos e econômicos. As políticas públicas muitas vezes são distorcidas para atender a interesses particulares, resultando em medidas que não beneficiam verdadeiramente os grupos minoritários e excluídos. A luta por direitos, como a educação bilíngue para surdos, reflete as disputas de poder entre diferentes grupos, prejudicando a eficácia das políticas inclusivas. Em resumo, apesar das boas intenções da legislação, a influência de interesses privados continua a ser um obstáculo significativo para a verdadeira inclusão na educação especial no Brasil.</p> |
| <p>Bezerra (2021)</p> | <p>Realizar uma crítica ao modo de como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi implementada nos últimos anos</p> | <p>Pesquisa bibliográfica</p> | <p>O ensaio defende a necessidade de reformular a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI) no Brasil. Destaca-se a importância de uma autocrítica e compreensão da complexidade do sistema educacional, especialmente do Programa de Ações Educacionais Especiais (PAEE). O debate sobre inclusão escolar deve ser embasado em evidências de pesquisa e contemplar temas como planejamento educacional individualizado, desenho universal na aprendizagem e formação de professores. Reconhece-se que a escola comum pode não ser a melhor opção para todos os alunos do PAEE devido a limitações de recursos. Portanto, é defendida uma política de equidade que ofereça opções educacionais diversas, respeitando as necessidades individuais.</p> <p>Uma política de Educação Especial Inclusiva deve visitar documentos importantes, como a Declaração de Salamanca, e reconhecer a importância de instituições especializadas em casos específicos. O foco deve ser na promoção de uma educação que capacite todos os alunos, independente do ambiente escolar. Isso requer um debate aberto e investimentos significativos, superando posições radicais em prol de uma escola inclusiva que valorize a diversidade.</p> |

| | | | |
|------------------------|---|----------------------|---|
| Alves e Aguilar (2018) | Analisar o processo de implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI) entre os anos de 2008 e 2013 na Rede Municipal de Ensino de Jundiá | Pesquisa qualitativa | Após cinco anos de implementação, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI) em Jundiá enfrentou desafios, como ajustes às novas configurações e mudanças na gestão do Núcleo de Políticas de Promoção de Igualdade e Inclusão (NPPI). A política modificou a estrutura da Educação Especial no município, contribuindo para a expansão do número de matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular. Apesar dos desafios, espera-se que a política seja implementada totalmente, visando uma verdadeira escolarização inclusiva. |
|------------------------|---|----------------------|---|

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A análise do artigo de Neves, Rahme e Ferreira (2019) aborda a trajetória da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil, destacando seus avanços e desafios. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI) é considerada um marco na história da educação das pessoas com deficiência no país, buscando ir além de uma abordagem tecnicista e promovendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um dispositivo articulador.

No entanto, o artigo aponta contradições na implementação da PNEE-PEI, ressaltando que a efetivação de uma política pública não está isenta das raízes históricas de exclusão que permeiam a sociedade brasileira. Essas contradições podem resultar em tensões e equívocos que revelam aspectos segregativos e ameaçam a dignidade humana, apesar do discurso inclusivo da política. A análise destaca a importância de respaldar a Política Nacional de Educação Especial por meio de leis e decretos que garantam princípios democráticos em relação aos direitos sociais das pessoas com deficiência.

Além disso, ressalta-se a necessidade de uma perspectiva que considere as tendências segregativas persistentes, visando fomentar espaços de discussão e movimentos que combatam essas atitudes. Conclui-se que a implementação da PNEE-PEI pode promover um princípio inclusivo comprometido com o laço social e a ética cotidiana, fundamentais para a configuração da função educativa e para garantir experiências educativas singulares a todos os alunos. Essa análise oferece uma reflexão crítica sobre a política de educação especial no Brasil, apontando para a necessidade de superar desafios e garantir uma educação inclusiva e democrática para todos.

Na mesma perspectiva, o artigo de Correia e Baptista (2018) destaca a base da política nacional de educação inclusiva no Brasil, fundamentada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que foi aprovada após a ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Essa política tem como objetivo principal reestruturar o sistema educacional brasileiro, alinhando-o às diretrizes da Convenção e implementando diversas medidas, como a formação de profissionais da educação, a criação de salas de recursos multifuncionais, a promoção da acessibilidade nas escolas e a disponibilização de transporte escolar acessível.

Após aproximadamente uma década de implementação, cerca de 80% dos alunos com deficiência estão matriculados no sistema educacional comum, o que demonstra avanços significativos. No entanto, o artigo ressalta que ainda existem desafios a serem superados. Um desses desafios é a necessidade de aprofundar a pesquisa sobre práticas pedagógicas inclusivas e investir na qualificação dos profissionais da educação para que possam atender adequadamente às necessidades desses alunos.

Outro ponto destacado é a transição dos alunos que antes frequentavam espaços especializados para o ensino comum, o que requer novas práticas e uma colaboração mais estreita entre professores comuns e especializados. Garantir a matrícula dos alunos com deficiência no ensino comum conforme os dispositivos normativos exige investimentos em práticas que promovam o direito à educação e garantam uma efetiva acessibilidade ao currículo.

O artigo de Silva, Souza e Faleiro (2018) revela os desafios enfrentados pela política nacional de educação especial no Brasil em sua trajetória de inclusão no processo de ensino e aprendizagem. Embora a legislação brasileira esteja bem estruturada para promover a inclusão, a implementação dessas políticas é comprometida por interesses políticos e econômicos que distorcem sua aplicação. Muitas vezes, as políticas públicas são manipuladas para atender a interesses particulares, resultando em medidas que não beneficiam verdadeiramente os grupos minoritários e excluídos da sociedade.

Um exemplo disso é a luta pela educação bilíngue para surdos, que reflete as disputas de poder entre diferentes grupos, dificultando a efetivação de políticas inclusivas. A influência de interesses privados é apontada como um obstáculo significativo para a verdadeira inclusão na educação especial no Brasil, mesmo diante das boas intenções presentes na legislação. Portanto, a análise sugere que a implementação eficaz das políticas de educação inclusiva requer não apenas uma legislação bem estruturada, mas também um compromisso genuíno com os princípios da inclusão e a superação dos interesses privados que muitas vezes impedem a verdadeira realização desses objetivos.

Bezerra (2021) destaca a necessidade de reformular a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI) no Brasil, ressaltando a importância de uma autocrítica e compreensão da complexidade do sistema educacional, especialmente do Programa de Ações Educacionais Especiais (PAEE). O autor enfatiza que o debate sobre inclusão escolar deve ser embasado em evidências de pesquisa e contemplar temas como planejamento educacional individualizado, desenho universal na aprendizagem e formação de professores. É reconhecido que a escola comum pode não ser a melhor opção para todos os alunos do PAEE devido a limitações de recursos, o que evidencia a necessidade de uma política de equidade que ofereça opções educacionais diversas, respeitando as necessidades individuais.

Além disso, Bezerra (2021) defende que uma política de Educação Especial Inclusiva deve revisitar documentos importantes, como a Declaração de Salamanca, e reconhecer a importância de instituições especializadas em casos específicos. O autor enfatiza a promoção de uma educação que capacite todos os alunos, independentemente do ambiente escolar em que se encontram. Isso requer um debate aberto e investimentos significativos, superando posições radicais em prol de uma escola inclusiva que valorize a diversidade e respeite as necessidades individuais de cada aluno. Em resumo, o texto destaca a importância de uma abordagem holística e inclusiva na formulação de políticas educacionais no Brasil.

A pesquisa de Alves e Aguilar (2018) destaca os resultados da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI) em Jundiá após cinco anos de vigência. O estudo aponta desafios enfrentados durante esse período, como os ajustes necessários às novas configurações exigidas pela política e as mudanças na gestão do Núcleo de Políticas de Promoção de Igualdade e Inclusão (NPPI). Uma das principais observações é que a PNEE-PEI modificou a estrutura da Educação Especial no município, contribuindo para a expansão do número de matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular. Isso demonstra avanços significativos na direção de uma escolarização mais inclusiva, conforme preconizado pela política nacional.

Apesar dos desafios enfrentados, o estudo resalta a importância de se perseverar na implementação total da política, visando alcançar uma verdadeira escolarização inclusiva para todos os alunos. Essa análise oferece insights valiosos sobre o progresso e os obstáculos encontrados na busca por uma educação inclusiva em nível local, contribuindo para a reflexão e o aprimoramento contínuo das políticas educacionais no Brasil.

IV. Conclusão

A análise dos artigos sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil revela uma trajetória marcada por avanços significativos, mas também por desafios persistentes. A implementação dessa política representa um marco importante na história da educação das pessoas com deficiência no país, buscando ir além de uma abordagem tecnicista e promovendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um dispositivo articulador. No entanto, as contradições e os obstáculos encontrados ao longo do processo de implementação evidenciam as raízes históricas de exclusão que permeiam a sociedade brasileira, ameaçando a dignidade humana e comprometendo a eficácia das políticas inclusivas.

Apesar das boas intenções presentes na legislação e dos avanços alcançados, os desafios persistem. A necessidade de uma perspectiva que considere as tendências segregativas persistentes é ressaltada, visando fomentar espaços de discussão e movimentos que combatam essas atitudes. É fundamental respaldar a Política Nacional de Educação Especial por meio de leis e decretos que garantam princípios democráticos em relação aos direitos sociais das pessoas com deficiência.

A análise também destaca a importância de investir na formação de profissionais da educação e na pesquisa sobre práticas pedagógicas inclusivas, assim como na colaboração entre professores comuns e especializados. É necessário assegurar a efetiva acessibilidade ao currículo e promover uma educação que capacite todos os alunos, independente do ambiente escolar em que se encontram.

Diante dessas reflexões, fica evidente a necessidade de uma abordagem holística e inclusiva na formulação de políticas educacionais no Brasil. Isso requer um compromisso genuíno com os princípios da inclusão, superando os interesses políticos e econômicos que muitas vezes impedem a verdadeira realização desses objetivos. Somente dessa forma será possível alcançar uma verdadeira escolarização inclusiva para todos os alunos, garantindo experiências educativas singulares e promovendo o respeito à diversidade.

Referências

- [1]. Alves, D. S. S.; Aguilar, L. E. A Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva Em Jundiá: Uma Análise Do Processo De Implementação. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, V.24, N.3, P.373-388, Jul.-Set., 2018.
- [2]. Bezerra, G. F. Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva: Por Uma (Auto)Crítica Propositiva. *Roteiro*, V. 46, 2021.
- [3]. Correia, G. B.; Baptista, C. R. Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva De 2008: Quais Origens E Quais Trajetórias?. *Revista On Line De Política E Gestão Educacional*, Vol. 22, Núm. 2, Supl., 2018.
- [4]. Giroto, C. R. M.; Poker, R. B.; Vitta, F. C. F. 10 Anos Da Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva Em Debate: Trajetória, Limites E Desafios. *Revista On Line De Política E Gestão Educacional*, Araraquara, V. 22, N. 2, P. 711-715, 2018.

- [5]. Kassar, M. C. M.; Rebelo, A. S.; Oliveira, R. T. C. Embates E Disputas Na Política Nacional De Educação Especial Brasileira. Educ. Pesqui., São Paulo, V. 45, E217170, 2019.
- [6]. Lima, M. F. C.; Pletsch, M. D. A Escolarização De Alunos Com Deficiência Intelectual Sob A Vigência Da Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva. Revista On Line De Política E Gestão Educacional, Vol. 22, Núm. 2, Supl., 2018.
- [7]. Neves, L. R.; Rahme, M. M. F.; Ferreira, C. M. R. J. Política De Educação Especial E Os Desafios De Uma Perspectiva Inclusiva. Educação & Realidade, Porto Alegre, V. 44, N. 1, E84853, 2019.
- [8]. Senna, M.; Santos, M. P.; Lemos, L. M. B. A Participação Da Sociedade E O Caso Da Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva: Refletindo Sobre A Formação De Professores. Revistaleph, (34, .2020.
- [9]. Silva, L. C.; Souza, V. A.; Faleiro, W. Uma Década Da Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva: Do Ideal Ao Possível. Revista On- Line De Política E Gestão Educacional, Vol. 22, Núm. 2, Supl., 2018